



Anais da Assembléia

Nº 195

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 049ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1996.
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pesuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 125/95 por 10 (dez) sessões de autoria do Deputado César Seleme.

Sala das Sessões, em 09.12.96.

(a) CÉSAR SELEME

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/95, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 125/95, de autoria do Deputado César Seleme, que cria o Programa de Barreiras Ar-

quitetônicas ao Portador de Deficiências "Cidade para todos". COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões da Proposição nº 029/95, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 125/95.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 147/95

Curitiba, em 19.07.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 076/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 125/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação de "programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência: 'Cidade para todos', através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, com participação da iniciativa privada que receberá incentivos fiscais para tanto".

Embora reconhecido o meritório conteúdo do plano de lei em exame, o mesmo não pôde ser acolhido, por inconstitucionalidade, eis que fere frontalmente o disposto no artigo 155, § 2º, inciso XII, alínea "g", da Magna Carta, onde há vedação à concessão dos pretendidos incentivos fiscais, com os quais seria dado suporte financeiro ao almejado programa.

Melhor detalhando os aspectos impeditivos da adoção da medida, é adiante transcrito o Ofício nº 297/95, da Secretaria de Estado da Fazenda.

"Encaminhamos cópia do Parecer IGT 302/95, que traduz o pensamento desta Pasta sobre o Projeto de Lei nº 125/95, sobre o seu aspecto legal.

Não obstante referido parecer analise o incentivo fiscal previsto no projeto de lei em questão sob a ótica exclusiva do ICMS, há que se compreender que no IPVA e no ITCMD não restariam condições que pudessem favorecer a desejada máxima extensão de tal benefício, porquanto são impostos de restrita incidência, como também, a propósito, o próprio ICMS não alcança as empresas prestadoras de serviço.

Em complemento ainda aquele parecer, deve-se entender que incentivo dessa espécie estaria absolutamente deslocado a nível de tributo estadual, porquanto significando renúncia fiscal, exigiria toda uma estrutura de controle à distância, capaz de prevenir e reprimir os abusos que eventualmente pudessem ser praticados pelos contribuintes, o que, ressalva-se, não é incomum nessas concessões governamentais, controle esse que necessariamente envolveria as Prefeituras, através de suas áreas de controles técnicos de obras, reparos ou restaurações físicas de imóveis do setor privado ou público, ruas, logradouros, etc, custeados, total ou parcialmente, pelos contribuintes, os beneficiários do incentivo proposto.

Ante o exposto, sugere-se que o Senhor Governador veto o referido projeto de lei, mas, como alternativa aos nobres propósitos desse projeto, institua, através da FAMEPAR, um benefício aos municípios que adotem providências que estimulem os propósitos nele visados, pois, como já se disse, eles têm todas as condições ideais de efetivamente controlar diretamente as remoções físicas de barreiras arquitetônicas em seu território, o que, repita-se, não esta afeta ao Estado.

Acrescente-se ainda, que conveniado o município com a FAMEPAR, com esse objetivo, ficarão, além dos contribuintes do IPTU, também as empresas prestadoras de serviços, contribuintes do ISS passíveis de benefício fiscal municipal, desde que estas estão fora da incidência do ICMS. Com essa medida alcança-se o setor bancário e securitário, profissionais liberais e outros, exemplificadamente, como potenciais colaboradores da administração municipal para a consecução de tão nobre objetivo.

Somos assim pelo veto do Projeto de Lei nº 125/95, com o simultâneo anúncio do processo alternativo via FAMEPAR, com o mesmo objetivo."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 125/95 encontra-se publicado no D.A. nº 38/95, de 24.04.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 125/95

VETO DE 19/07/95 - OFÍCIO CTL/SEEG Nº 147/95, DO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO.
P A R E C E R:

Pelos Ofícios nºs 304/95 de 04/09/95 e nº 348/95 de 17/10/95 do Senhor Presidente da Casa, confirma que o veto foi apresentado exatamente dentro do prazo legal, por esta razão, entendemos que o mesmo está em condições de ter seu trâmite normal para apreciação do Plenário.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 070/96, Veto apostado do Projeto de Lei nº 392/95, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que torna obrigatória aos estabelecimentos de ensino da Rede Pública e Particular, de 1º, 2º e 3º graus, a abonação de faltas de alunos, motivadas por princípio de consciência religiosa. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 297/96

Curitiba, em 14.10.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 189/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 392/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que ficam "os estabelecimentos de ensino da rede pública e particular, de 1º, 2º e 3º graus, obrigados a abonarem faltas de alunos, motivadas por princípio de consciência religiosa."

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência afronta de sua indiscutível inconstitucionalidade, porque afronta os artigos 5º e 22 da Magna Carta, o primeiro assegurador do princípio fundamental da igualdade de todos perante a lei e, o segundo, definidor da competência privativa da União para legislar sobre tal assunto.

A matéria aqui versada foi submetida à análise da

Procuradoria-Geral do Estado, conforme o anexo Parecer nº 148/96 que, pela clara abordagem da medida, é por mim endossado e, conseqüentemente, faço-o razões plenamente fundamentais do veto ora apostado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 392/95, encontra-se publicado no D.A. nº 131/95, de 09.10.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 70/96

P A R E C E R:

A presente proposição veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 392/95 de autoria do Deputado Sâmis da Silva, cujo objetivo é tornar obrigatório aos estabelecimentos de ensino da rede pública e particular, de 1º, 2º e 3º grau, a abonação de faltas de alunos, motivadas por princípio de consciência religiosa.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, entendemos que, sendo atribuição do Poder Executivo e estando dentro do prazo regimental e constitucional, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação nesta Casa.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento a Plenário.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

O Senhor 1º Secretário procederá à chamada dos Senhores Deputados para que se inicie o processo de votação.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - 47 Senhores Deputados votaram.

Convido os ilustres Deputados: Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Renato Adur, Nereu Moura e Caio Quintana a efetuar a escrutinação dos votos bem como o Deputado João Techy.

Trinta e cinco votos, Não, nove votos, Sim; dois votos em branco e um voto nulo. Conseqüentemente, Rejeitado o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 11 da Lei nº 11.305 de 28 de dezembro de 1995.

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 081/96

Ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 11.305 de 28 de

dezembro de 1995 nas rubricas abaixo:

CANCELAR	3132.0100	114.000,00
CANCELAR	3132.0200	171.000,00
CANCELAR	3132.0600	79.000,00

SUPLEMENTAR	3132.1500	364.000,00
-------------	-----------	------------

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.96.

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto - Deputado LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário

PORTARIA Nº 082/96

Ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 11.305 de 28 de

dezembro de 1995 nas rubricas abaixo:

CANCELAR	3111.0300	1.200.000,00
CANCELAR	3132.0500	24.000,00
CANCELAR	3132.1100	100.000,00
CANCELAR	3251.0000	524.000,00

SUPLEMENTAR	3111.0100	1.724.000,00
-------------	-----------	--------------

SUPLEMENTAR	3132.0900	24.000,00
-------------	-----------	-----------

SUPLEMENTAR	3132.1500	100.000,00
-------------	-----------	------------

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.12.96.

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto - Deputado LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário